

Puxadinhos da Asa Norte ainda sem lei

Comerciantes pedem uma norma para as ampliações das lojas no bairro, a exemplo da que vale na Asa Sul

» HELENA MADER

Mesas e cadeiras espalhadas em área pública, toldos que se estendem além dos limites dos prédios e puxadinhos de tamanhos variados. A maioria das quadras comerciais da Asa Norte tem irregularidades que ferem o tombamento e o plano urbanístico da capital federal. Para evitar ações judiciais ou demolições, os empresários da região se uniram para encontrar uma solução para o problema. Eles querem uma legislação específica para o bairro, a exemplo do que aconteceu na Asa Sul. Lá, os comerciantes estão isentos de derrubadas, pelo menos até o prazo final de regularização dos puxadinhos.

Os prédios comerciais das duas asas têm configurações bem diferentes. Na Asa Sul, as lojas são voltadas apenas para a frente dos edifícios. Os fundos, que têm vista para a quadra residencial, ficaram abandonados. Muitos proprietários expandiram os negócios na parte de trás, mas as obras foram feitas sem nenhum padrão. No ano passado, foi sancionada a Lei Complementar nº 766, que determinou a uniformização de todos os prédios, com ocupação de no máximo 6m nos fundos das lojas. Quem não usar o espaço terá que fechá-lo com cobogós. O prazo para adequação às novas normas termina em **6 de abril de 2010**.

Na Asa Norte, os prédios comerciais têm marquises maiores, com lojas na frente, nos dois lados e também nos fundos. Os edifícios têm até dois pavimentos, com escritórios nos andares superiores. Mas é muito comum encontrar salas comerciais transformadas em apartamentos e quitinetes. Como o projeto do comércio nas duas asas é diferente, seria impossível fazer uma legislação única para regularizar e regulamentar as invasões de área pública de ambas as regiões.

Bares, cafés e restaurantes são responsáveis pela maioria das ocupações irregulares de espaço público na Asa Norte. Como as lojas são pequenas, os empresários usam a área externa à frente ou ao lado dos estabelecimentos para colocar mesas e cadeiras. Para a maioria deles, seria impossível manter um bar totalmente dentro das lojas alugadas, até porque o aluguel de imóveis na Asa Norte tem preços altos. Mas o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) é contra a ocupação de área pública e entrou com ação civil pública contra a maioria dos estabelecimentos que fizeram puxadinhos.

Demolição

Nos últimos meses, vários proprietários receberam ordens judiciais com autos de demolição para que todas as construções fossem removidas. Alguns conseguiram liminares, outros obtiveram na Justiça uma extensão de prazo para se adequarem. Para tentar impedir as derrubadas, o Sindicato dos Donos de Restaurantes e Bares do Distrito Federal começou a elaborar uma proposta de projeto de lei, que será encaminhada ao GDF até 20 de novembro.

O vice-presidente do Sindhobar, Nadim Haddad, explica que o objetivo do setor é criar regras específicas para a regularização dos puxadinhos da Asa

Fotos: Ronaldo de Oliveira/CB/D.A Press



Adilson Colognese, sócio de um bar na 209 Norte: 72 metros quadrados de área pública ocupados



O barbeiro Jorge Bezerra ampliou os fundos da loja em 80cm

Letra morta?

A menos de seis meses do fim do prazo para acabar com as irregularidades, os comerciantes da Asa Sul têm ignorado a determinação de regularizar os puxadinhos. Das mais de mil lojas do comércio do bairro, apenas 12 apresentaram projetos à Administração de Brasília para padronizar a construção. O governo promete multar e demolir o que estiver em área pública depois do prazo.

Norte. "As duas asas têm desenhos geográficos diferentes, então é necessária uma lei específica para evitar demolições na Asa Norte. Vamos trabalhar em um projeto arquitetônico que respeite essas diferenças e entregá-lo ao governo no mês que vem", explica Nadim. "Chegam a ser absurdas essas tentativas de demolição antes mesmo da criação de uma lei. É preciso aguardar essas definições legais para evitar injustiças", reclama o representante do setor.

Há casos de empresários que ocupam extensas porções de área pública. Mas há também situações como a de Jorge de Oliveira Bezerra, proprietário de uma barbearia na 709 Norte. Ele ampliou os fundos da loja em apenas 80cm. Mas é alvo de um processo judicial e, apesar dos recursos, não conseguiu

suspender a ordem de demolição, que pode acontecer a qualquer momento. "É uma área ínfima, que não atrapalha absolutamente ninguém. Nesse espaço, coloquei o sofá para os clientes esperarem. Se eu realmente tiver que retirar essa construção, vai ser um transtorno muito grande por muito pouco", questiona o comerciante.

O Correio procurou o MPDFT, mas nenhum promotor foi localizado para comentar as ações contra os puxadinhos ou a possibilidade de criação de uma lei para a Asa Norte. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma) ficará responsável pela avaliação da proposta dos empresários. Mas ninguém da pasta confirmou a viabilidade ou a possibilidade de elaboração de um projeto de lei para os puxadinhos da Asa Norte.

Comparação

Como são os prédios em cada região

ASA SUL

Todas as lojas são na fachada frontal. Os fundos não tinham entradas nem movimento, mas, com o tempo, os comerciantes ocuparam as áreas públicas e muitos colocaram acessos secundários pela parte de trás da loja. Originalmente, apenas os lotes conhecidos como RUVs (restaurantes de unidade de vizinhança), normalmente os da ponta das quadras, têm comércio nas laterais e na parte posterior.

ASA NORTE

Os prédios têm até dois pavimentos, com lojas no térreo e salas comerciais nos andares superiores. Mas, em grande parte das vezes, esses escritórios são transformados em quitinetes ou apartamentos. No térreo, há lojas na frente, dos dois lados e nos fundos de cada edifício comercial. Enquanto os blocos da Asa Sul são retangulares, os da Asa Norte apresentam forma quadrada.

Isonomia

Adilson Colognese, sócio de um movimentado bar na 209 Norte, usa 72 metros quadrados de área pública na lateral e na frente do estabelecimento. Ele reconhece que a área é muito grande e garante que aceitaria até abrir mão de parte do espaço que ocupa atualmente. "Somos a favor de uma padronização e da criação de uma norma. Mas exigimos isonomia, já que os comerciantes da Asa Sul tiveram vários benefícios", diz Adilson. "É impossível manter um bar ou restaurante na Asa Norte sem usar área pública. Sem a legislação e a regularização, seria preciso fechar todos os estabelecimentos", acrescenta.

Quem também enfrenta problemas é o empresário Carlos Henrique Pinheiro dos Santos, que há 25 anos é dono de um restaurante de frutos do mar na 115 Norte. Ele usa 5m na lateral da loja e diz que, sem esse espaço, não conseguiria trabalhar. "Já recebi até ordem de demolição, mas consegui adiar o prazo para 4 de dezembro. Espero que, até lá, haja alguma sinalização com relação à lei dos puxadinhos da Asa Norte", explica.